



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Foi criada em 1997 pela Lei Estadual nº 11.741 e tem como principal acionista o Estado do Paraná. Nos termos das disposições estatutárias, a Agência realiza operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de fundos constitucionais, dos orçamentos estadual e municipal, e organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento.

A Agência de Fomento é depositária de recursos financeiros destinados a programas e projetos relacionados ao financiamento e promoção do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico e à melhoria da competitividade.

Para o cumprimento de sua missão, que consiste em “promover o desenvolvimento econômico e social no Estado do Paraná, através de apoio técnico e financeiro a iniciativas empreendedoras compatíveis com as estratégias do governo”, a Agência atua na:

- Intermediação financeira de produtos adequados às demandas de desenvolvimento econômico e social;
- Gestão de fundos específicos de financiamento para o desenvolvimento do Estado;
- Execução de programas de financiamento de caráter especial de responsabilidade do Estado;

No ano de 2007, a AFPR procedeu algumas modificações estruturais, de modo a melhor adequá-la para o cumprimento de sua missão. Deste modo, as Áreas Operacionais foram agrupadas sob uma só Diretoria, sendo criada uma Diretoria específica para tratar das gestões de carteiras (“Ativos Banestado”) e fundos (Fundo de Desenvolvimento Econômico, Fundo de Aval Rural) a cargo desta instituição. A responsabilidade pela atividade de Organização, Sistemas e Métodos foi repassada à Diretoria Financeira.

Continuaram em curso, também, as atividades para uma ideal estruturação da AFPR no que tange à automatização de procedimentos, destacando-se neste âmbito a implantação de Sistema de Gestão Integrado (ERP – Enterprise Resource Planning).

Em 17/09/2007, a Assembléia Legislativa aprovou o projeto de Lei que autoriza a elevação do capital social da AFPR de 900 milhões para até R\$ 2 bilhões de reais, o qual foi convertido, em 02/10/2007, na Lei estadual nº. 15.638. A autorização do aumento de capital viabiliza a ampliação do papel social da Agência de Fomento do Paraná no estímulo à geração de empregos, através de financiamentos aos setores da economia que geralmente não têm acesso a créditos facilitados no sistema financeiro.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Na Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná- PDE fixada pelo Governo do Estado no segundo semestre de 2007, que serve de orientação para a elaboração do PPA- Plano Plurianual de Investimentos para o período 2008-2011, o papel da AFPR é destacado como fornecedora de recursos para crédito, reconhecendo que não existe desenvolvimento sem o mesmo, pois ele viabiliza projetos de investimentos públicos e privados que geram os efeitos multiplicadores de longo prazo. Prevê ainda, aplicações que totalizam R\$ 530 milhões no período.

Nesse contexto, e em sintonia com outros órgãos do Governo do Estado, a AFPR está desenvolvendo uma série de linhas de crédito para atender aos programas governamentais, visando especialmente concentrar seus esforços em ações que reduzam as disparidades regionais, atendendo as regiões socialmente críticas respeitando as características econômicas locais. Exemplo desse esforço é a disponibilização de financiamentos para os produtores da agricultura familiar e para micro e pequenas empresas, em especial na modalidade de microcrédito. Por outro lado, reconhece a necessidade de apoiar empreendimentos de cunho tecnológico genuinamente paranaenses que tenham condições de alavancar a economia do Estado, financiando inicialmente as empresas abrigadas em incubadoras.

PROGRAMAS DE CRÉDITO

Como instituição de fomento, a Agência prioriza, desde 2002, o atendimento aos microempreendimentos formais e informais tendo operado sob a denominação de Banco Social, aos municípios do Estado mediante financiamento a investimentos com recursos próprios da instituição e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano-FDU, bem como implementou medidas operacionais para atendimento às empresas e agricultores através do repasse de recursos do sistema BNDES, buscando um modelo de sustentabilidade financeira e institucional que permita o cumprimento de sua missão.

I) Microcrédito

Criado com a finalidade de apoiar microempreendedores formais ou informais excluídos do sistema de acesso ao crédito, o programa representa importante instrumento para a geração de trabalho e renda no Estado. Suspenso no mês de abril de 2007, para avaliação e reorganização, retornará em 2008 atendendo às diretrizes estratégicas do Governo do Estado expressas no PDE.

II) Financiamentos ao Setor Público

a) Sistema de Financiamento aos Municípios – SFM

Recursos de capital próprio da AFPR originários do Fundo de Desenvolvimento Urbano-FDU e destinados à promoção do desenvolvimento urbano, serviços básicos e bens públicos necessários à modernização da estrutura dos Municípios. O programa é operacionalizado em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - SEDU e o Serviço Social Autônomo Paranaidade tendo atendido, desde 2002, a 329 municípios, repassando mais de R\$ 478 milhões através de 1.455 contratos.

b) Programa para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná – PROMAP

Instituído em maio de 2006, o PROMAP tem como objetivo financiar a renovação e expansão do parque de máquinas e equipamentos rodoviários dos municípios, tendo sido destacados inicialmente R\$ 50 milhões para seu atendimento. É também operacionalizado mediante termo de cooperação técnico-operacional firmado com a SEDU e o Paranaidade, tendo aprovado 104 financiamentos a 48 municípios, totalizando R\$ 23 milhões liberados.

III) Repasses de Recursos do BNDES

O atendimento a micro e pequenas empresas e ao pequeno produtor rural com recursos BNDES foi iniciado em 2005 com financiamentos do Programa Moderfrota mediante contrato de cooperação técnica, operacional e financeira com parceiros do sistema. No ano de 2007 o público-alvo foi

atendido com recursos próprios da instituição devido às características dos investimentos, sendo prevista para o ano de 2008 a retomada dos repasses, canalizando para o setor produtivo do Estado novos recursos de uma instituição federal.

IV) Financiamento à Agricultura Familiar e Pequenos Produtores Rurais.

A Agência de Fomento é parceira da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e da EMATER na implementação de programas de apoio à agricultura familiar e aos pequenos produtores rurais, estruturando mecanismos financeiros que viabilizam a segurança para os tomadores de crédito e reduzem os custos, como o fundo que avaliza os financiamentos que os produtores captam junto às instituições financeiras no mercado, a garantia de equivalência-produto no pagamento das prestações e equalização de taxas de juros. E, em casos em que recursos tradicionais como os do PRONAF não atendem as necessidades de todos os agricultores, a AFPR aloca recursos próprios para financiamento, como é o caso do Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários lançado no segundo semestre de 2007.

V) Outras Operações com Recursos Próprios

Além dos programas de financiamento citados, a AFPR deverá alocar recursos em outros programas relacionados à sua missão e sempre de acordo com suas diretrizes estratégicas, sempre respeitando a condição de sustentabilidade exigida de uma instituição participante do sistema financeiro nacional.

SERVIÇOS DE GESTÃO DE FUNDOS

Além da atividade de instituição financeira estruturando e operando financiamentos, a AFPR realiza serviços de gestão operacional e financeira de ativos pertencentes ao Estado sob a forma de fundos ou de ativos financeiros.

VI) Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná

A AFPR é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná, concebido pelo Governo do Paraná para concessão de garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos a produtores rurais que não dispõem de bens suficientes para subsidiar empréstimos junto à rede bancária conveniada, conforme citado no item IV. Atualmente a instituição parceira é o Banco do Brasil. O limite estipulado para garantir operações agrícolas é de R\$ 6 milhões, valor que alavanca junto ao parceiro até R\$ 60 milhões em financiamentos concedidos. O Governo ampliou o benefício, incluindo a faixa D do PRONAF e estuda a alocação de novos recursos visando adequar os benefícios à demanda prevista no exercício de 2008.

V) Gestão de Outros Fundos/Ativos

- a) O Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE é destinado a apoiar o desenvolvimento sócio-econômico do Estado mediante apoio financeiro às empresas. Nos próximos exercícios, uma parte será utilizada para concessão de subvenção econômica citada no item IV, como cobertura de equivalência-produto no pagamento das prestações ou equalização de juros em financiamentos concedidos a agricultores familiares por instituições financeiras conveniadas;
- b) Gestão dos bens, direitos e obrigações de contratos pertencentes ao Estado do Paraná originários da operação de venda do Banco do Estado do Paraná S.A., desde 28.03.2001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o estabelecimento da Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná- PDE o papel da Agência de Fomento do Paraná S/A, como instrumento de desenvolvimento do Estado, está claramente delineado, devendo suas ações serem pautadas pelo cumprimento de sua estratégia de atuação que tem como base três diretrizes básicas: a reestruturação organizacional, a melhoria da “performance” dos serviços e a criação de novos produtos. Neste sentido, a AFPR tem como prioridade a articulação com as demais instituições públicas do Estado, visando a unidade governamental e a ação conjunta em busca do desenvolvimento econômico e social, priorizando as regiões com menores índices de desenvolvimento humano.

A DIRETORIA.

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro

Valores Expressos em Milhares de Reais

Ativo

	2007	2006
CIRCULANTE	296.646	379.891
DISPONIBILIDADES	55	16
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	224.044	318.468
Carteira Própria	224.044	318.468
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	72.217	60.851
Financiamentos Setor Público	65.081	45.540
Financiamentos Setor Privado	7.798	15.820
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	995	853
(-) Provisão para Operações de Crédito	(1.657)	(1.362)
OUTROS CRÉDITOS	294	524
Rendas a Receber	-	448
Impostos e Contribuições a Compensar	52	59
Adiantamento Diversos	203	17
Depósitos em Garantia	39	-
OUTROS VALORES E BENS	36	32
Material em Estoque	30	27
Despesas Antecipadas	6	5
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	651.860	481.660
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	298.088	225.586
Carteira Própria	298.088	225.586
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	351.884	255.974
Financiamentos Setor Público	349.114	251.982
Financiamentos Setor Privado	2.681	2.214
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	2.033	2.634
(-) Provisão para Operações de Crédito	(1.944)	(856)
OUTROS CRÉDITOS	1.888	100
Depósitos em Garantia	1.888	100
PERMANENTE	435	384
IMOBILIZADO DE USO	289	384
Outras Imobilizações de Uso	807	791
(-) Depreciações Acumuladas	(518)	(407)
DIFERIDO	146	-
Gastos c/ Aquisição e Manutenção de Logiciais	162	-
(Amortização Acumulada)	(16)	-
TOTAL DO ATIVO	948.941	861.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro

Valores Expressos em Milhares de Reais

Passivo

	2007	2006
CIRCULANTE	61.057	12.507
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	1.740	749
REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	1.740	749
FINAME	1.740	749
OUTRAS OBRIGAÇÕES	59.317	11.758
COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TÍTULOS E ASSEMBLHADOS	1	5
IOF a Recolher	1	5
SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	51.997	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	51.997	-
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	5.404	9.338
Impostos e Contribuições sobre o Lucro a Pagar	4.846	8.777
Impostos e Contribuições a Recolher	558	561
DIVERSAS	1.915	2.415
Dotação para Aumento de Capital	294	-
Despesas de Pessoal	332	256
Outras Despesas Administrativas	1.217	1.864
Credores Diversos - País	72	295
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	12.881	31.721
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	1.709	2.588
REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	1.709	2.588
FINAME	1.709	2.588
OUTRAS OBRIGAÇÕES	11.172	29.133
DIVERSAS	11.172	29.133
Dotação para Aumento de Capital	-	28.276
Prov. p/ Passivos Contingentes	11.172	857
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	875.003	817.707
CAPITAL - De Domiciliados no País	733.787	665.074
AUMENTO DE CAPITAL	-	18.713
RESERVAS DE CAPITAL	3	3
RESERVAS DE LUCROS	140.145	132.830
LUCROS ACUMULADOS	1.068	1.087
TOTAL DO PASSIVO	948.941	861.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

Valores Expressos em Milhares de Reais

	2007		2006
	2º Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	54.332	107.494	115.694
Operações de Crédito	24.218	45.775	38.968
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	30.114	61.719	76.726
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.840)	(2.436)	(1.571)
Operações de Empréstimos e Repasses	(228)	(368)	(251)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.612)	(2.068)	(1.320)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	52.492	105.058	114.123
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(15.589)	(35.925)	(19.977)
Receitas de Prestação de Serviços	35	77	2.042
Despesas de Pessoal	(2.960)	(5.721)	(5.086)
Outras Despesas Administrativas	(7.874)	(14.368)	(10.348)
Despesas Tributárias	(2.596)	(5.161)	(5.568)
Outras Receitas Operacionais	354	379	84
Outras Despesas Operacionais	(2.548)	(11.131)	(1.101)
RESULTADO OPERACIONAL	36.903	69.133	94.146
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	36.903	69.133	94.146
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	4.092	(9.820)	(14.203)
Provisão para Imposto de Renda	3.037	(7.176)	(10.397)
Provisão para Contribuição Social	1.055	(2.644)	(3.806)
LUCRO LÍQUIDO	40.995	59.313	79.943
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	51.998	51.998	53.975
Número de Ações:	733.787	733.787	683.787
Lucro Líquido por Ação do Capital Social - (Em R\$)	55,87	80,83	116,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Valores Expressos em Milhares de Reais

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			ÁGIO P/ SUBS. AÇÕES	LEGAL	ESTATUTÁRIA		
A - SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2006	455.074	13.279	1	11.659	95.203	1.087	576.303
1. AUMENTO DE CAPITAL							
- Subscrição de Ações	210.000	-	-	-	-	-	210.000
- Incorporação de Ações	-	18.713	-	-	-	-	18.713
2. OUTROS EVENTOS							
- Ágio na subscrição de ações	-	-	2	-	-	-	2
- Transf. Aporte de Capital p/ Dotação de Aumento de Capital no Exigível a Longo Prazo	-	(13.279)	-	-	-	-	(13.279)
3. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	79.943	79.943
4. DESTINAÇÕES							
- Reservas de Lucros	-	-	-	3.997	21.971	(25.968)	-
- Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	-	-	(53.975)	(53.975)
B - SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	665.074	18.713	3	15.656	117.174	1.087	817.707
MUTAÇÕES DO PERÍODO (B - A)	210.000	5.434	2	3.997	21.971	-	241.404
A - SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2007	665.074	18.713	3	15.656	117.174	1.087	817.707
1. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	(19)	(19)
2. AUMENTO DE CAPITAL							
- Subscrição de Ações	50.000	-	-	-	-	-	50.000
- Incorporação ao Capital Homologado BACEN	18.713	(18.713)	-	-	-	-	-
3. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	59.313	59.313
4. DESTINAÇÕES							
- Reservas de Lucros	-	-	-	2.966	4.349	(7.315)	-
- Juros s/ Capital Próprio - JCP	-	-	-	-	-	(51.998)	(51.998)
B - SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	733.787	-	3	18.622	121.523	1.068	875.003
MUTAÇÕES DO PERÍODO (B - A)	68.713	(18.713)	-	2.966	4.349	(19)	57.296
A - SALDOS EM 01 DE JULHO DE 2007	683.787	-	3	16.572	129.996	5.667	836.025
1. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	(19)	(19)
2. AUMENTO DE CAPITAL							
- Subscrição de Ações	50.000	-	-	-	-	-	50.000
3. OUTROS EVENTOS							
Reversão de Reserva Constituída 1º Semestre	-	-	-	-	(8.473)	8.473	-
4. LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	40.995	40.995
5. DESTINAÇÕES							
- Reservas de Lucros	-	-	-	2.050	-	(2.050)	-
- Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	-	-	(51.998)	(51.998)
B - SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	733.787	-	3	18.622	121.523	1.068	875.003
MUTAÇÕES DO PERÍODO (B - A)	50.000	-	-	2.050	(8.473)	(4.599)	38.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Valores Expressos em Milhares de Reais

	2007		2006
	2º Semestre	Exercício	Exercício
A - ORIGENS DOS RECURSOS	149.237	193.766	325.284
LUCRO LÍQUIDO	40.995	59.313	79.943
- Depreciações e Amortizações	68	127	138
Lucro Líquido Ajustado	41.063	59.440	80.081
Ajustes de Exercícios Anteriores	(19)	(19)	-
RECURSOS DE ACIONISTAS	50.000	50.000	243.712
Integralização de Capital	50.000	50.000	210.000
Ágio na integralização de Capital	-	-	2
Aumento de Capital - Incorporação	-	-	18.713
Dotação para Aumento de Capital	-	-	14.997
RECURSOS DE TERCEIROS	58.193	84.345	1.491
- Aumentos dos Subgrupos do Passivo			
Obrigações por Empréstimos e Repasse	444	112	634
Sociais e Estatutárias	51.997	51.997	-
Provisão para Passivos Contingentes	1.858	10.315	857
Outras Obrigações	447	-	-
- Diminuição dos Subgrupos do Ativo			
Títulos e Valores Mobiliários	3.447	21.921	-
B - APLICAÇÕES DE RECURSOS	149.204	193.727	325.494
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	51.998	51.998	53.975
INVERSOES EM:	11	16	9
Imobilizado de Uso	11	16	9
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	32	162	-
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	58.390	108.838	218.951
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	159.349
Operações de Crédito	56.680	107.277	59.240
Outros Créditos	1.690	1.558	352
Outros Valores e Bens	20	3	10
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	38.773	32.713	52.559
Sociais e Estatutárias	-	-	44.741
Fiscais e Previdenciárias	6.773	3.933	903
Outras Obrigações	-	798	6.915
Devolução de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	32.000	27.982	-
C - (REDUÇÃO) AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES (A - B)	33	39	(210)
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA:			
DISPONIBILIDADES			
- Início do Período	22	16	226
- Fim do Período	55	55	16
- (Redução) Aumento das Disponibilidades	33	39	(210)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Valores Expressos em Milhares de Reais

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL:

A Agência de Fomento do Paraná S.A. é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, criada pela Lei Estadual nº 11.741, de 19 de junho de 1997, alterada pelas Leis Estaduais nºs 12.401, de 30 de dezembro de 1998 e 12.419, de 13 de janeiro de 1999, tendo por objeto social apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

- I. Fundos constitucionais;
- II. Orçamentos estadual e municipais;
- III. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos de desenvolvimento.

NOTA 02 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis estão elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos constantes da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Visando adequações às normas estabelecidas no COSIF certas rubricas da demonstração dos resultados foram reclassificadas em relação ao ano anterior. Conseqüentemente a apresentação de tais rubricas, conforme divulgadas naquele exercício, está sendo adaptada a fim de manter a comparabilidade do demonstrativo de resultado, conforme segue:

Outras Despesas Operacionais: o valor de R\$ 7.391 mil foi reclassificado para Outras Despesas Administrativas.

Outras Receitas Operacionais: o valor de R\$ 524 mil foi reclassificado para Receitas da Intermediação Financeira – Operações de Crédito.

Também foi alterado o critério de contabilização das antecipações mensais de pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro, calculados por estimativa, passando a ser registrados em contas retificadoras na rubrica contábil “Provisão p/ Impostos e Contribuições s/ Lucros”, conforme estabelecido no art. 5º da Circular nº 2.353 do BACEN.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Valores Expressos em Milhares de Reais

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS:

Dentre os principais procedimentos contábeis adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Segregação de Prazos

Os valores de direitos realizáveis e obrigações exigíveis estão segregados, respectivamente, em Circulante e Longo Prazo conforme estabelecido na Lei nº 6.404/76.

c) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira própria está composta de títulos de renda fixa, que estão avaliados pelo custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, deduzidas as provisões para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

d) Operações de Crédito

As operações de crédito encontram-se demonstradas pelos montantes dos créditos perante os mutuários, atualizados em conformidade com as correspondentes disposições contratuais.

Todas as operações de crédito estão classificadas, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 editada pelo Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação com o nível de risco de cada operação.

e) Provisão para Operações de Crédito

Está constituída conforme critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 editada Banco Central do Brasil, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização de créditos a receber.

f) Ativo Permanente

Está demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações dos bens do Ativo Imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais abaixo descritas.

Equipamentos de Uso.....	10%
Sistema de Comunicação.....	10%
Sistema de Processamento de Dados.....	20%

g) Diferido

Os gastos diferidos correspondem à aquisição de software e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos das respectivas amortizações, calculadas pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Valores Expressos em Milhares de Reais

h) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A Agência está sujeita ao Regime de Tributação pelo Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social por estimativa.

As provisões são constituídas mensalmente, de acordo com a legislação vigente para cada imposto.

Os valores provisionados mensalmente, estimados sobre a base de cálculo inerente a cada imposto, são calculados considerando as seguintes alíquotas:

- Imposto de Renda..... 15,00%
 - Adicional de Imposto de Renda (I)..... 10,00%
 - Contribuição Social..... 9,00%
- (I) calculado sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20.000,00 mensais.

NOTA 04 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:

Em 31 de dezembro, a carteira própria está composta da seguinte forma:

	2007	2006
Livres		
Títulos de Renda Fixa	522.132	544.054
Letras Financeiras do Tesouro	323.336	247.164
Cotas de Fundos de Investimentos	198.796	296.890
Total da Carteira Própria	522.132	544.054
<i>Curto Prazo</i>	224.044	318.468
<i>Longo Prazo</i>	298.088	225.586

NOTA 05 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

Em 31 de dezembro, a carteira operações de crédito esta composta da seguinte forma:

a) Composição por faixa de vencimento:

	2007	2006
Parcelas Vincendas	426.692	318.015
Até 180 dias	36.892	31.399
De 181 a 360 dias	35.972	29.786
Acima de 360 dias	353.828	256.830
Parcelas Vencidas	1.010	1.028
Até 60 dias	520	620
De 61 a 180 dias	330	285
Acima de 180 dias	160	123
Total da Carteira	427.702	319.043

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Valores Expressos em Milhares de Reais

b) Composição por tipo de atividade econômica:

	2007	2006
Setor Privado	13.507	21.521
Rural	5.228	3.452
Indústria	825	1.776
Comércio	3.784	7.619
Outros Serviços	3.668	8.671
Pessoas Físicas	2	3
Setor Público	414.195	297.522
Administração Direta Municipal	414.195	297.522
Total da Carteira	427.702	319.043

c) Composição por nível de risco:

Classificação de Risco	Total das Operações	% Part.	Provisão %	2007	2006
				Valor da Provisão	Valor da Provisão
AA	27.691	6,47	-	-	-
A	351.390	82,16	0,5	1.757	878
B	44.455	10,39	1,0	445	82
C	2.077	0,49	3,0	62	45
D	283	0,07	10,0	28	118
E	524	0,12	30,0	157	85
F	162	0,04	50,0	81	111
G	164	0,04	70,0	115	78
H	956	0,22	100,0	956	821
Total	427.702	100,00		3.601	2.218

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Dez/2007	Dez/2006
Saldo no Início do Período	2.218	1.549
Constituição Provisão	2.068	1.320
Créditos Baixados para Prejuízo	(685)	(651)
Saldo no Fim do Período	3.601	2.218

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Valores Expressos em Milhares de Reais

e) Créditos renegociados e recuperados

Discriminação	Dez/2007	Dez/2006
Renegociação	545	807
Recuperação de Créditos Baixados Prejuízo	519	523

As operações de créditos classificadas no nível de risco “H” por período superior a seis meses são controladas em contas de compensação, em cumprimento ao estabelecido na Resolução nº 2.682/99 editada pelo BACEN. No exercício de 2007 foi baixado para contas de compensação o montante de R\$ 685 mil (R\$ 651 mil em 2006), sendo que em 31 de dezembro de 2007 o saldo acumulado dessas operações é de R\$ 3.423 mil (R\$ 3.175 mil em 2006), atualizados segundo condições contratuais, para os quais a instituição vem desenvolvendo esforços de cobrança.

NOTA 06 – ATIVO PERMANENTE:

a) Imobilizado de Uso

	(*)	2007		2006	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Máquinas e Equipamentos de Uso	10%	240	(108)	132	141
Sistema de Comunicação	10%	16	(8)	8	9
Processamento de Dados	20%	551	(402)	149	234
Total		807	(518)	289	384

b) Diferido

	(*)	2007		2006	
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Gastos c/ Aquisição e Manutenção de Logiciais	20%	162	(16)	146	-
Total		162	(16)	146	-

(*) - Taxa anual de depreciação e amortização.

NOTA 07 – DOTAÇÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

Em 26 de março de 2001, foi firmado entre a Agência de Fomento e o Governo do Estado do Paraná, Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Bens, Direitos e Obrigações através do qual o Governo do Estado transferiu à Agência de Fomento, a gestão da cobrança de Ativos de sua titularidade.

Em retribuição à gestão desses ativos o Governo do Estado comprometeu-se a repassar a esta instituição valor correspondente a 1% sobre o valor total dos ATIVOS em 31 de dezembro de cada ano, mais a comissão mensal de 10% sobre os valores efetivamente recebidos com pagamento até o dia 15 de cada mês, por ocasião da prestação de contas entre os contratantes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Valores Expressos em Milhares de Reais

Em 25 de julho de 2003, foi firmado um termo aditivo, dispondo, com base em Parecer da Procuradoria Geral do Estado, que o Governo do Estado repassaria a essa Instituição Financeira, anualmente, 1% do valor total da carteira dos ativos na data-base de 31 de dezembro de cada ano, pago em 12 parcelas mensais no decorrer do exercício seguinte ao da apuração, a título de “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital”.

A comissão de 1%, na medida de sua realização financeira, foi transferida para a rubrica Dotação para Aumento de Capital, no montante, acumulado até 31/01/2007, de R\$ 32.294 mil.

Em 06 de dezembro de 2007, foi assinado o segundo termo aditivo alterando a cláusula quarta do contrato, dispondo que face à gestão dos bens, direitos e obrigações destes Ativos o Estado do Paraná repassará à AFPR, anualmente, a título de adiantamento para futuro aumento de seu capital social, 10% dos valores efetivamente recebidos. Por força do parágrafo terceiro deste aditivo a Agência restituiu ao Estado do Paraná S.A., legítimo titular dos “Ativos”, os valores inscritos na conta Dotação Para Aumento de Capital e que ainda não tinham sido integralizados na sociedade, no montante de R\$ 32.000 mil.

NOTA 08- PROVISÕES PASSIVOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A instituição é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, tributárias e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, através da análise das demandas judiciais em andamento, constituiu provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em cursos. A constituição da provisão para contingências tem como contrapartida a rubrica “Outras Despesas Operacionais” e somam no exercício R\$ 10.881 mil, conforme segue:

(a) Ações Trabalhistas

A instituição é parte em ações trabalhistas, movidas principalmente por pessoal terceirizado - bolsistas do CITPAR, que, em sua maioria, correspondem ao pedido de FGTS, horas extras, intervalos e juros de mora do período “laborado”, verbas, as quais, existem possibilidades de êxito nas demandas aforadas. Após a análise de cada caso, para melhorar a estimativa, a área jurídica efetuou um ajuste nestas provisões no montante de R\$ 1.458 mil.

(b) Ações Cíveis

A instituição é parte em uma Ação de Cobrança movida pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE, e versa sobre notas fiscais pendentes de pagamento referentes aos exercícios de 2002 a 2003, e foi devidamente contestada pela AFPR contendo alegação que o serviço não foi prestado em sua integralidade, bem como ocorreu um desvirtuamento do convênio nº 01/2000, firmado entre as partes. Não há prolação de sentença e a instituição requer produção de prova pericial. O valor atualizado da ação soma R\$ 657 mil sendo integralmente provisionado, considerando a expectativa de perda provável pela área jurídica da instituição.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Valores Expressos em Milhares de Reais

A instituição é parte também em ações aforadas visando à reparação de danos morais por registro “indevido” no cadastro restritivo SERASA. Foi constituída provisão julgada suficiente para cobrir eventuais perdas, no montante de R\$ 50 mil.

(c) Ações Fiscais – Federal e Municipal

O processo de execução fiscal nº 2005.70.00.010836-4/PR, relativo à Contribuição Social - CSLL, referente ao período de apuração de out/2001, que tramitou na 3ª Vara de Execuções Fiscais, foi extinto mediante execução de sentença favorável à AFPR. A provisão no valor de R\$ 155 mil foi integralmente revertida do resultado de dezembro de 2007. Foi requerida a expedição de Alvará em favor da executada para o levantamento dos valores depositados judicialmente.

Em dezembro de 2006 a instituição sofreu autuação da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Curitiba, referente os exercícios de 2001 a 2004. Os referidos autos visam à cobrança de ISS sobre a receita de prestação de serviços decorrentes da gestão de cobrança da Carteira de Crédito dos Ativos de titularidade do Estado do Paraná sob a gestão AFPR, bem como, cobrança pela não retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviço, principalmente aqueles decorrentes do Ato Conjunto firmado entre a AFPR/SEFA e PARANACIDADE/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal. A empresa apresentou impugnação dos referidos autos, os quais encontram-se para julgamento na esfera administrativa.

Baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Administração decidiu pela constituição de provisão no valor integral, que atualizados até dezembro de 2007 somam R\$ 8.874 mil.

Visando atender determinação judicial emanada nos autos de Ação Declaratória proposta pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado sob. Nº 412077-0, a instituição depositou judicialmente em 2007 o montante de R\$ 1.800 mil, correspondente aos valores em discussão nos autos de infração, que têm como fato gerador a não retenção de ISS s/ serviços prestados pelo PARANACIDADE a esta instituição.

(d) Movimentação das Provisões Constituídas

	01/01 a 31/12/2007			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo no Início do Exercício	134	590	133	857
Constituição no Período	1.855	130	8.896	10.881
Reversão no Período	(4)	(10)	(155)	(169)
Baixas por Pagamento	(394)	(3)	-	(397)
Saldo no Final do Exercício	1.591	707	8.874	11.172

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Valores Expressos em Milhares de Reais

NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

a) Capital Social

O Capital Social Integralizado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 733.787 mil (R\$ 683.787 mil em 31/12/06), representado por 733.787 (683.787 em 31/12/06) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Por deliberação da Assembléia Geral, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social poderá ser aumentado até o valor de R\$ 900.000 mil, divididos e limitado a 900.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Aumento de Capital

No exercício de 2007 foi efetuada subscrição de ações para aumento de capital no valor de R\$ 50.000 mil, aprovada através da ATA da 36ª AGE, que deliberou sobre o aumento de capital da Agência, em consonância com a Lei nº 13.227, de 18.07.2001 da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Decreto nº 4.465, de 19.07.2001 do Governador do Estado do Paraná, e tem como finalidade dar continuidade à execução de programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento urbano, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU através de operações de crédito a serem realizadas, exclusivamente com as entidades da administração municipal paranaense.

c) Juros sobre o Capital Próprio

Conforme deliberação em Assembléia Geral a instituição efetuou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, imputando-os aos dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 51.998 mil, calculados conforme previsto no art. 9º da Lei 9.249/95, e importou numa economia tributária na ordem de R\$ 17.679 mil.

Para fins de divulgação das demonstrações contábeis, adequação aos princípios contábeis e atendimento à Circular nº 2.739/97 do Banco Central do Brasil, os referidos juros constam como destinação de resultado, diretamente na demonstração das mutações do Patrimônio Líquido, na rubrica Lucros Acumulados.

Em atendimento ao estabelecido no art. 40 do Estatuto Social da Agência, a destinação do Lucro Líquido do Exercício é como segue:

Descrição	Dez/2007	Dez/2006
Lucro Líquido do Exercício	59.313	79.943
Constituição Reserva Legal - 5%	2.966	3.997
Constituição Reserva Estatutária - Até 70%		
Para Aumento de Capital	4.349	21.971
Juros s/ Capital Próprio Imputados aos Dividendos	51.998	53.975

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Valores Expressos em Milhares de Reais

NOTA 10 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

DISCRIMINAÇÃO	2007	2006
Recuperação de Encargos e Despesas	175	82
Reversão de Provisões Operacionais	169	-
Outras Rendas Operacionais	35	2
TOTAL	379	84

NOTA 11 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

DISCRIMINAÇÃO	2007	2006
Juros e Multas s/ Obrigações Tributárias	141	216
Outras Despesas Operacionais	109	28
Provisões para Contingências	10.881	857
TOTAL	11.131	1.101

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES:

Demonstração do Cálculo dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2007	2006
a) Resultado antes do Imposto de Renda / Contribuição Social e JCP	69.133	94.146
b) Adições /(Exclusões) Permanente:	(52.540)	(54.035)
- Despesas de Juros sobre o Capital Próprio	(51.998)	(53.975)
- Despesas não Dedutíveis	375	463
- Outras Adições/Exclusões	(917)	(523)
c) Adições /(Exclusões) Temporárias:	12.783	2.177
- Provisão p/ Créditos Liquidação Duvidosa	2.833	1.320
- Provisão p/ Passivos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	10.881	857
- Outras Adições/Exclusões	(931)	-
Lucro Tributável	29.376	42.288
Provisão de IR - Alíquota Normal - 15%	4.406	6.343
Doações para incentivo à Cultura	(137)	(144)
Incentivo - PAT	(7)	(7)
Provisão de IR - Adicional - 10%	2.914	4.205
Despesa de Prov. de Imposto de Renda	7.176	10.397
Despesa de Prov. de Contribuição Social (9%)	2.644	3.806
Total das Provisões - Valores Correntes	9.820	14.203

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Valores Expressos em Milhares de Reais

NOTA 13 - LIMITES OPERACIONAIS:

Conforme determinações da Resolução nº 2.099/94 e regulamentações posteriores, o Banco Central do Brasil, estabeleceu a obrigatoriedade de manutenção pelas instituições financeiras, de valor de patrimônio líquido ajustado compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2007 a AFPR apresentou limite operacional de 122,44%, conforme demonstramos a seguir (R\$ Mil):

FATOR DE PONDERAÇÃO RISCO	31/12/2007
A- Ativos Ponderados Por Risco - APR	111.770
B- Exigência de Patrimônio Líquido sobre APR (30% de "A")	33.531
C- Patrimônio de Referência – PR	136.858
D- Excesso/ (insuficiência) de Patrimônio Líquido: PR - PLE ("C" - "B")	103.327
E- Índice de Basileia ("C" / ("B" / 0,30))	122,44%

NOTA 14 – GESTÃO DE RISCOS:

A AFPR dispõe de política e estrutura implementada para a gestão de seus riscos operacionais, conforme disciplinado pela Resolução 3380/06 do Banco Central do Brasil.

Os riscos operacionais são identificados e analisados de forma freqüente, sendo envidados esforços contínuos no sentido de minimizá-los.

Maiores informações sobre a estrutura e política de Gestão de Riscos Operacionais da AFPR encontram-se disponibilizados em nosso sítio através do endereço eletrônico <http://www.pr.gov.br/afpr/>.

Curitiba, 31 de dezembro de 2007.

ANTONIO RYCHETA ARTEN
DIRETOR PRESIDENTE

MURILO DE OLIVEIRA SCHMITT
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

ROSEMERY DE SOUZA BURATTI
CONTADORA
CRC PR-043837/O-8